

REGISTRO DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA CNCD/LGBT

Datas: De 24 a 26 de Abril de 2017.

Reunião Itinerante na região norte – Estado do Amazonas.

Endereço: Av. Constantino Nery, 5001 - Flores, Manaus - AM, 69058-795.

Dia 24 de Abril de 2017:

Período da manhã:

- ✓ Reunião com representantes dos movimentos sociais/sociedade civil, poder público e controle social do Estado do Amazonas.
- ✓ Apresentação e fala de saudações das/os conselheiras/os do CNCD/LGBT (Sociedade Civil e Governo).
- ✓ Também se apresentaram a Coordenação Nacional de Política LGBT, a Secretaria Executiva do CNCD/LGBT e a representação do Disque 100.

Do Estado do Amazonas dentre outras participações foi possível registrar:

- ✓ Tiana – Gerente de política para a Diversidade:
- ✓ Vereadora Nega do município de Parintins/AM
- ✓ Keith – Secretaria de Políticas para as Mulheres da SEJUSC:
- ✓ Juan – UNA LGBT:
- ✓ Jaqueline Maldonado: Conselheira de Saúde.
- ✓ Delta – Secretaria de Estado de Educação.
- ✓ Nilto – Gerente Educacional.
- ✓ Dora Brasil – Presidenta do Conselho Estadual das Mulheres.
- ✓ Brenda – População de povos de terreiro:
- ✓ Elias – Estudante secundarista:
- ✓ Paulo – Presidente da Associação Orquídea:
- ✓ Joice - Associação Orquídea:
- ✓ Gabriel Mota – Coletivo Manifesta LGBT +:
- ✓ Vinciús - Pasta LGBT.

- ✓ Graça Prola Secretária da SEJUSC (*Secretaria* de Estado do Amazonas de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania).

Dentre os elementos abordados:

- ✓ Falas sobre de o prazer nos receber, que é um fato histórico a reunião do CNCD/LGBT estar sendo realizada no Amazonas, que isso é importante e simbólico, para o trabalho de também fomentar os gestores públicos municipais.
- ✓ Que o momento é para o movimento LGBT se unir e não para brigas internas.
- ✓ Falas sobre dificuldade no processo de criação do Conselho Estadual LGBT.
- ✓ Características do Estado do Amazonas.
- ✓ O debate dentro dos terreiros sobre a população LGBT.
- ✓ Abordado sobre a atuação de entidades da sociedade civil no Estado.
- ✓ Desafios para a efetivação dos direitos da população LGBT no Estado do Amazonas.
- ✓ Articulação por Audiência Pública.
- ✓ Questões relacionadas ao mercado de trabalho.
- ✓ Necessidade de articulação entre os debates, violência institucional de lésbicas e trans nos presídios.
- ✓ Dificuldades de mobilização no Estado.
- ✓ Sobre os paradigmas e preconceitos da sociedade.
- ✓ Sobre a situação de violência em outras cidades do Estado, como Parintins e demais, até com maior dificuldade de acesso.

Período da Tarde:

Reuniões em salas distintas das Câmaras Técnicas do CNCD/LGBT.

- 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas – Reunião Ampliada.
Presidente: Luma Nogueira de Andrade
Vice-Presidente: Gil Santos
Relator: Lucas de Alencar Oliveira
- 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT – Reunião Ampliada.
Presidente: Washington Dias

Vice-Presidente: Chopelly Santos

Relator: Walmir Siqueira

- 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT – Reunião Ampliada

Presidente: Tathiane Aquino de Araujo

Vice-Presidente: Cássio Guilherme Maciel dos Santos

Relatora: Liliâne de Oliveira Caetano

OBS.: Relatoria da Câmara Técnica de Combate à Violência (anexa em documento específico).

RESUMO EXECUTIVO – 38º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT

LOCAL: Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques (Avenida Constantino Nery, 5001 - Flores).

25 de Abril de 2017:

HORÁRIO: 9h – 18h

A) PROPOSTA DE PAUTA

25/4/2017

9h30min: Verificação de quórum.

9h30min – 10hs: Abertura.

10h – 10h:45min: Análise de Conjuntura.

10h:45min – 11h30min: Sessão de Informes

- Secretaria Executiva do CNCD/LGBT.
- Coordenação Geral LGBT.
- Conselheiros e Conselheiras
- Convidados/as

11h30min – 12h: "Situação de Violência contra a População LGBT no estado do Amazonas".

Excelentíssima Sra. Maria das Graças Soares Prola.

Secretária de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas.

12h – 12h30min: “Prevenção e combate à tortura e os riscos enfrentados pelas pessoas LGBT privadas de liberdade”.

Sylvia Diniz Dias

Delegada da – Associação para a Prevenção da Tortura (APT) para o Brasil.

12h30min- 14h: Almoço

14h – 14h:30min: Relato 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas – Reunião Ampliada.

14h30min – 15h: 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT – Reunião Ampliada.

15h – 15h30min: 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT – Reunião Ampliada.

15h30min: – 16h30min: Avaliação e Encaminhamentos

17h: Mesa de Encerramento

B) CONTEXTUALIZAÇÃO

A 38º Reunião Ordinária do CNCD/LGBT ocorreu na cidade de Manaus/AM.

A cidade foi escolhida como sede da reunião itinerante do Conselho em virtude de denúncias de violência contra LGBT no início de 2017. O Governo do Estado do Amazonas deu todo o suporte à realização da Reunião, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

A Proposta de Pauta foi elaborada pela Secretaria Executiva do CNCD/LGBT, validada em reunião da Mesa Diretora e enviada anteriormente para todos/as os/as Conselheiros/as, contudo, foram deliberadas alterações na Reunião da Mesa Diretora ocorrida em 24 de abril de 2017.

No início da reunião, a proposta de pauta foi lida e aprovada pelos/pelas presentes.

Excepcionalmente nessa 38º Reunião Ordinária do CNCD/LGBT, não será possível a transcrição *ipsis litteris* da Ata, em virtude da logística de reunião itinerante não ter permitido a gravação total da Reunião, sendo assim, apresentado esse Resumo Executivo.

C) MESA DE ABERTURA

A reunião iniciou às 10h20min, após a contagem de quórum pela Secretária Executiva do CNCD/LGBT **Katia Guimarães** e pelo Presidente do CNCD **Conselheiro Zezinho Prado (CNTE)**.

Secretária Executiva do CNCD/LGBT **Katia Guimarães**: Convida o presidente do CNCD/LGBT, autoridades locais, representantes do poder público e da sociedade civil, para compor a mesa de abertura para uma saudação inicial.

- ✓ Começa com a fala de Bruna La Close, representante da associação da parada LGBT de Manaus, ela aborda sobre a questão da mortalidade da população LGBT no Brasil, colocando que no Amazonas não é diferente. Que no período da noite as travestis precisam de uma proteção maior, pois muitas vezes ficam expostas na rua. Acrescenta que os dados oficiais sobre a violência contra essas pessoas não refletem a realidade. (SSP – Secretaria de Segurança Pública). A militante problematiza que o movimento social LGBT, fica exposto perante a sociedade com esses dados. Na sequência Bruna apresenta um áudio sobre uma violência policial contra uma travesti na rua, em que a própria pessoa, segundo ela teve a ousadia de gravar a violência sofrida, mas depois ficou com medo de denunciar, temendo por sua vida. Bruna então refere “quero apresentar essa denúncia aqui pro Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT”.
- ✓ A palavra é passada para Nilson, representante da Secretaria Estadual de Educação. Aborda que o Conselho Estadual de Educação tem uma resolução sobre o nome social e que esse documento é recente, foi aprovado em 2013. Refere que tem trabalhado para a garantia desse direito tanto na capital, como no interior. “Sabemos da existência da população LGBT nas escolas, mas o trabalho é muito recente”, verbaliza que estão investindo na formação dos educadores e que tem apoio do Secretário de Educação, para que esse trabalho seja desenvolvido, mas que mesmo assim não tem sido tranquilo, diante dos desafios encontrados. Nilson fala também do trabalho em consonância com a Secretária de Direitos Humanos e que tem defendido que é a escola que precisa saber lidar com esses alunos. O Estado tem um índice alto de evasão escolar, justamente por toda violência sofrida. Nilson aborda que sofrem pressão para desenvolver esse trabalho com os professores e alunos, são interrogados do porque trabalham esse conteúdo. Fala

de legislações aprovada no município (Manaus), proibindo essas discussões em escolas. Articularam um grupo de trabalho com outros atores sociais, sobre a questão, tendo em vista essa lei ser inconstitucional. (MP, SEJUSC e movimento social).

Além disso, refere que estão mapeando as pessoas que já utilizam o nome social, nas escolas. Estão tentando mapear os motivos das evasões escolares e atuando com relação à questão do banheiro, ele agradece a presença do CNCD/LGBT e diz que isso fortalece e referenda esse trabalho que vem sendo desenvolvido.

- ✓ Com a palavra, Francisco representante da Secretaria de Turismo. Cita uma cartilha que foi elaborada, sobre como se atender bem à população LGBT. Aborda que é uma preocupação que os serviços atendam bem à população LGBT.
- ✓ Adriana Rodrigues, representante da Secretaria de Assistência Social, refere que essa Secretaria está à disposição para essas atividades, que o Movimento Social LGBT merece muito respeito e que defende essa pauta, colocando a Secretaria a disposição também.
- ✓ Flora Brasil, representação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher refere que tem apoiado, no sentido de se ampliar, a participação de mulheres trans. Aborda que são recentes as políticas destinadas a essa população e que um dos desafios é ocupar os espaços institucionais e dar visibilidade, para essas questões e o movimento social LGBT deve participar de lutas mais gerais da sociedade, pois se ela avança, vários direitos avançam e a luta não pode ser isolada, ela deve ser ampliada, Flora fala sobre a importância de ter uma Secretária como Graça Prola à frente da Secretaria de Direitos Humanos, por sua trajetória e trabalho com as populações historicamente discriminadas.
- ✓ A palavra com Elias da ARTGAY Jovem, ele verbaliza que é um estudante secundarista, problematizando que o trabalho na escola para essa população ainda é muito tímido. Aborda também enfrentar a luta diariamente de ser macumbeiro e filho de pastor evangélico, acrescenta que é difícil quebrar esse paradigma conservador em um Estado em que isso é muito presente. Relata ser uma felicidade muito grande receber o Conselho Nacional nesse Estado, para ouvir nossas demandas, e que o movimento social deve aprender a dialogar com o poder público, para conseguir construir as políticas públicas dessa população.
- ✓ Fala de Pedro Paulo Bicalho diretor do CFP, ele agradece a possibilidade de estar nesse espaço representando a psicologia brasileira, coloca que nosso país tem o

maior número de profissionais da psicologia, de todo o mundo. Aborda sobre a Resolução CFP Nº 01/99, que vem sendo questionada no legislativo brasileiro, e que estão se articulando para a defesa desse importante instrumento, que inclusive não é utilizado apenas pela psicologia, pois se tornou uma referência mais ampliada.

- ✓ Fala da Graça Prola da SEJUSC (Secretária da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania) aborda sobre o histórico de conservadorismo no Estado do Amazonas, com relação à população LGBT coloca que, o Estado passou a se debruçar com mais cuidado para essa pauta a partir de 2015. Contextualiza sobre a questão indígena e de mulheres e os desafios para a efetivação dos direitos, acrescentando que falar do Amazonas é falar dessa diversidade e que a palavra de ordem é resistência, alertando também que mais do que resistência é preciso ter união, os grupos precisam ter mais organização e articulação para estarem fortalecidos no diálogo que precisa ser feito com o poder público. Querem trabalhar no sentido da formação continuada.

D) PONTOS DEBATIDOS

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Lê a programação das pautas, sendo as mesmas: Análise de Conjuntura; Informes; e, Palestra com a delegada Sylvia. Informa ainda que as pautas das Câmaras Técnicas Permanentes serão tratadas por e-mail, para que se priorize a análise e diálogo com os participantes do Amazonas. Passa então a palavra para a Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Maria das Graças Soares Prola, para efetuar sua saudação inicial.

Secretária Graça Prola (SEJUSC/AM): Faz uma saudação inicial e passa então a explicar sua apresentação. Dentre os pontos apresentados, ressalta que os Sistemas de Justiça no Estado têm muitas deficiências. Destaca que a geografia do Estado não impede, mas dificulta a ação política do poder público. Há uma desigualdade regional. Esse fator impacta nos custos das políticas implementadas, devido às distâncias e culturas. Ela refere existir uma dificuldade orçamentária para se construir equipamentos públicos, cita o exemplo do CRAS, que em outras regiões do país, tem um custo médio de R\$ 350.000,00 no Amazonas custaria em torno de R\$ 600.000,00, devido às questões relacionadas à infraestrutura e logística na região. Determinadas regiões a locomoção se

dá por balsa e esse frete é muito caro. Problematiza que nesse momento vivemos contradições no que se refere aos direitos da população LGBT, argumenta que se por um lado estamos avançando nas conquistas desses direitos, por outro temos um quadro contínuo de violência, ressaltando a questão da intolerância. Menciona que a homofobia tem várias formas, e que essas vão além dos crimes tipificados no código penal, em seguida fala que na verdade se trata da LGBTfobia, e não somente da homofobia. Graça Prola faz uma contextualização sobre os temas abordados, e cita a violência institucionalizada colocando que é preciso reconhecer que na realidade urbana de Manaus a população LGBT está vulnerável as violências. Enfatiza a importância do diálogo entre movimento social para ações conjuntas e que o movimento deve estar aberto para outras lutas, como das mulheres e da população negra. Utiliza-se como referência o Disque 100 sobre dados de violência LGBT no Estado do Amazonas. Assim como de dados do GGB (Grupo Gay da Bahia). Segundo eles ao se considerar a situação dos municípios e das capitais, Manaus tem o maior número de assassinatos de LGBT, em 2016 foram 25 mortos. Em se tratando de Estado o Amazonas está em 4º lugar. Verbaliza ser importante denunciar e acionar os órgãos de garantia de direitos. Ela também fala sobre falta de marco jurídico como, por exemplo, o ECA e a lei Maria da Penha, pois assim os Estados não tem diretrizes específicas sobre a população LGBT. Além disso, problematiza sobre a situação de municípios sem Defensoria Pública, que não tem delegados de carreira e até sem promotores, “cidades sem leis”. Segundo refere existem propostas de que juízes e promotores atendam por regiões, o que Graça não concorda.

Quanto ao trabalho no Amazonas, menciona:

- A instalação do Comitê de Combate a Homofobia do Amazonas.
- Estão em processo de Criação do Conselho Estadual LGBT.
- Que possuem o Centro de Referência de Direitos Humanos, que atende a população LGBT e que se chama Adamor Guedes, em Homenagem ao militante LGBT.
- Campanha e apoio a ações do movimento social LGBT.
- Um amplo programa de formação com atividades e seminários.
- E que irão implantar a delegacia especializada.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Abriu para inscrições para falas dos e das presentes.

Conselheira Tathiane Araujo (REDE TRANS): Parabeniza e agradece a Secretária Graça Prola por receber o CNCD/LGBT e ao Governo do Estado pela disposição em promover esse debate. Considerou que na fala da Secretária há um distanciamento com as questões de identidade de gênero, o que avalia se refletir nas políticas públicas do Estado. Exemplificou não haver um ambulatório trans. Diz ainda que houve uma denúncia na Câmara de Violência do CNCD/LGBT, sobre o caso de um diretor escolar que fez um plano de ações com um aluno, no sentido desse não sofrer discriminação, mas que lhe exige leis protetivas, que lhe garantam o direito. Avalia ainda que faltam políticas LGBT na área da Assistência Social, isso também é reflexo da política nacional. Aborda que deve haver construção com o movimento social e fala da importância de considerar outras fontes de dados de violência, não apenas os dados do GGB e da SEDH, mas também a violência das pessoas trans catalogada pela Rede Trans Brasil.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Parabeniza também a Secretária pela adesão às políticas LGBT. Sugere à Secretária que é importante reconhecer a população LGBT no Estado, quais são suas demandas e a partir daí, quais políticas priorizar. Aborda que Manaus tem um número considerável de pessoas LGBT, entorno de 200.000, fala sobre o calendário de datas comemorativas e de lutas do movimento LGBT. Com relação à situação de violência relatada por Bruna, acredita que as travestis devem procurar a OAB e, entrar com processo contra pedindo indenização. Considera que há pautas prioritárias no campo da Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social.

Gabriel Mota (Movimento Manifesta LGBT+): Falou sobre o Comitê Estadual de Combate à Homofobia do Amazonas, questionou os dados levantados pelo Estado sobre violência e divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Defendeu que o Estado não responde às expectativas da população em geral sobre segurança pública, muito mais sobre a população LGBT em específico. Finalizou lamentando a ausência da Secretaria de Segurança Pública na reunião.

Paulo Oliveira (Associação Orquídeas GLBT): Avalia que o Comitê Estadual está

deixando a desejar. Sugere que a Secretária Graça Prola convide os movimentos sociais para um diálogo. Relatou algumas denúncias emblemáticas ocorridas no Estado: 1) Um delegado na zona norte explanou ontem que não fará atendimento específico para LGBT. 2) Citou os casos de violência a que está sendo acometida a população LGBT. 3) o caso do diretor de uma escola que disse que LGBT é doente. Questionou também o funcionamento do disque 100.

Aloízio Campos (Secretaria Estadual de Saúde/AM): Reforça a dificuldade sobre a implementação das políticas para saúde da população LGBT num Estado como o Amazonas. Ressalta que não é uma dificuldade apenas do Estado, mas também é do cenário nacional. Acredita que o diálogo é importante para o atendimento das demandas da população LGBT.

Conselheira Liliane de Oliveira Caetano (CFESS): Parabeniza a fala da Secretária. Faz uma colocação sobre a importância de estarmos no Estado do Amazonas, colhendo essas informações, principalmente em quanto, Câmara Técnica de Combate à Violência do CNCD/LGBT. Reforça ser fundamental o registro e pediu para que a apresentação da Secretária seja encaminhada para o Conselho, para haver encaminhamentos e para que esta visita seja produtiva para o Estado do Amazonas.

Mauro Galdino (Ouvidoria Geral do Estado/AM): Parabeniza a fala da Secretária, reconhece que desde sua atuação na Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania ocorreram muitos avanços, mas com a consciência de que muito ainda tem que ser feito. Lamenta também que a SSP não esteja participando desse debate e tem expectativa que nas próximas reuniões ela se faça presente.

Bruna La Close (Assoc. de Apoio à Parada do Orgulho LGBT/AM): Reconhece o comprometimento da Secretária Graça Prola, que sempre ajuda e recebe o movimento LGBT. Mas avalia ser necessário que o movimento seja acolhido de verdade pelo Estado e pelo Governador. Há um simbolismo em o Governador receber e acolher o movimento LGBT do Estado, que reflete inclusive na luta contra a LGBTfobia. Relatou alguns casos de violência contra travestis (no shopping e pela polícia).

Conselheiro Clóvis Arantes (ABGLT): Também parabeniza a Secretária Graça Prola.

Sugere que a Secretária seja interlocutora com outras pastas do Governo Estadual. Destaca que o Conselho Estadual cumpriria essa função, se existisse. Avalia ser necessário trabalhar a transversalidade dos direitos humanos em todas as pastas. O dia 17 de maio é uma data estratégica para que isso ocorra.

Conselheiro Cássio Guilherme (ARTGAY JOVEM): Corrobora com a fala do Clovis. Considera importante o diálogo do Estado com o movimento jovem LGBT.

Conselheira Luma Nogueira de Andrade (ABEH): Também parabeniza a Secretária Graça pela sua fala e por sua acessibilidade. Considera que devemos combater a violência sem violência, com racionalidade, sem expressar e multiplicar os preconceitos, sem generalizações, pois essas generalizações afastam possíveis parceiros. Sugere que haja cuidado com as falas nesse sentido, construindo pontes com os aliados, para não se cair nas armadilhas das normativas.

Conselheira Chopelly Santos (ANTRA): Parabenizou a iniciativa da Secretária, sua humildade de estar sempre presente e ela própria fazer a apresentação com tanta propriedade. Avalia também ser necessário o diálogo com a SSP, para saber-se de onde saiu a informação que não houve crimes contra LGBT no Estado (segundo a SSP). Sendo que o Comitê Estadual e os jornais dizem o contrário. Sugere que o movimento não espere uma manifestação da SSP, mas faça uma nota.

Ruan Wendel (UMA-LGBT/AM): Fala que já foi criado o ambulatório para a população de travestis e transexuais, e que estão acompanhando. Avalia que se vive hoje uma conjuntura politicamente instável. Considera que a questão política está travada, que não se consegue destravar. A Secretária Graça é uma exceção dentro do atual Governo. Avalia ainda que o movimento LGBT tem que se empoderar.

Vinicius (UGT): Corrobora com as falas anteriores sobre a atuação do Comitê e a publicação dos dados da SSP.

Sebastiana Maria Correia da Silva (SEJUSC/AM): Informa que o Comitê Estadual foi instalado em 2013, e a SEJUSC solicitou que todas as políticas sejam apresentadas e debatidas pelo Comitê, que possui um calendário pré-definido e todos/as são

convidados/as. Relata que se trabalhou e se aproximou o diálogo com a Universidade Federal do Amazonas. Informou que no diálogo com a Secretaria Estadual de Saúde está em tramitação a criação de um ambulatório trans, que hoje já abre vagas para homens trans. Não há aceção de movimentos, os diálogos são sempre abertos, todos os campos são convidados a dialogar. Corrobora com a fala da Luma. Aguarda a parceria do CNCD/LGBT, da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT e do Disque 100.

Márcia Levi (Escola do Magistério/AM): Relatou algumas ações feitas pela universidade no campo da saúde, nome social e segurança pública. Corrobora com a fala da Luma.

Sueli Vieira (Ouvidoria/SEDH): Defende que mesmo com as limitações, o Disque 100 é o único meio de denúncia nacional, que em 2016 registrou mais de 133.000 denúncias, envolvendo diversos públicos e dentre eles o LGBT. Por ser uma política de enfrentamento as situações de violações de direitos é, portanto de responsabilidade de todos os conselhos e gestores que estão à frente de formulação de políticas públicas nesse país. Reconhece que existem problemas, mas que nesse sentido é preciso sentar e qualificar. Coloca que a perspectiva da denúncia é só o primeiro passo, pontuando sobre o fato de não termos normativas legais, que deem condições de atuar e romper o ciclo das violações de direitos. Fala da falta de delegacias com atendimento qualificado e que a maior parte das denúncias da população LGBT ocorrem de noite, período em que o Disque 100 enfrenta muitas dificuldades, para os encaminhamentos devidos. Menciona sobre os cortes orçamentários que ocorreram no serviço. Insta que deve haver uma resistência de todas as esferas, para que o Disque não deixe de cumprir seu papel.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Corrobora com os/as conselheiros/as que destacaram o papel importante da Secretária Graça Prola, mas que ela sozinha (e nem só a sua pasta) dará conta de responder a todas as demandas do movimento LGBT. Enfatiza que a abertura dada pela Secretária Graça seja utilizada para se chegar a outras pastas. Uma luta “sozinhos” não damos conta, deve-se provocar outras áreas do governo para dialogar.

Conselheiro Whashington Dias (REDE AFRO LGBT): Também parabeniza a

Secretária Graça pelas portas abertas. Questiona quais as devolutivas sobre as denúncias recebidas pela SEJUSC. E diz que sentiu ausência do recorte de raça e etnia interseccionado com a LGBTfobia nos dados apresentados. Fala da importância de se articular a com a saúde para urgentemente se viabilizado o ambulatório trans e sobre a necessidade do Conselho Estadual LGBT.

Conselheira Liliane de Oliveira Caetano (CFESS): Fala sobre a questão dos cortes de verbas para o Disque 100. Aborda que o CNCD/LGBT, por meio da Câmara Técnica de Combate à Violência realizou uma missão (Visita Técnica) na sede desse serviço, no Estado da Bahia. A partir daí, foi desenvolvido um relatório com recomendações à Ouvidoria. Acrescenta que iremos continuar cobrando e devemos fazer articulação também com o CONANDA, CONADE e CNDI.

Secretária Graça Prola (SEJUSC/AM): Responde que cada devolutiva se dá de acordo com a demanda. Pode não ter se passado na fala, mas não há exclusão da identidade de gênero nas políticas LGBT estaduais. Agradece todas as sugestões às demandas e parabenizações. Avalia que precisam reforçar o diálogo com as outras pastas. É uma Secretária de articulação, mas há também um planejamento baseado nas demandas oriundas das conferências estaduais. E uma meta posta a todas as gerências é de garantir a transversalidade. Acrescenta que “eu não tenho só boa vontade, eu tenho vontade política e eu faço acontecer”.

Pausa para o almoço:

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Retomando as pautas, informa que em reunião da sociedade civil do CNCD/LGBT, o tema que não tem como se fugir é a Análise de Conjuntura, no tocante a agenda de paralisação nacional que ocorrerá no próximo dia 28 de abril de 2017, fomentado pelas classes trabalhadoras e a adesão dos mais diversos segmentos sociais. Problematiza a limitação dos gastos públicos com políticas sociais do atual governo, e as reformas em curso, previdência e trabalhista, o MEC retirar do texto base curricular orientação sexual e identidade de gênero. Para, além disso, há uma problemática nas políticas LGBT no Ministério dos Direitos Humanos, como exemplo cita a incerteza até a última hora da realização desta reunião. Por fim defende que se deve analisar a agenda do dia 17 de maio. Aborda que no exato

momento dessa reunião a polícia está atacando os índios que lutam por direitos em Brasília. Abre para inscrições.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Avalia que nunca vivenciou tanto retrocesso nos direitos sociais em toda sua vida, nunca houve um governo assim, um desmonte dos direitos sociais protagonizados pelo Congresso Nacional e pelo poder executivo. Destacou o congelamento das políticas LGBT o que refletiu no aumento latente da violência contra LGBT em todo país, principalmente sobre as pessoas trans. O Comitê de Saúde LGBT demorou um ano pra conseguir se reunir. Repudia a postura de Luiz Mott contra a greve geral. Avalia que os LGBT devem politizar sua agenda contra os retrocessos. Precisa-se elucidar a população em geral que o que está em jogo são direitos deles a partir da próxima semana. Defende que se tenha um Estado mínimo para quem não precisa do Estado, mas se tenha um Estado máximo para quem precisa do estado.

Conselheiro Gil Santos (CMP): Aborda sobre os impactos nas questões relacionadas à moradia, preocupa-se com os cortes nos programas habitacionais do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida. A quantidade de despejos em São Paulo tem aumentado consideravelmente, sem a preocupação para onde vão essas pessoas. Avalia que isso refletirá no aumento da população em situação de rua. Dentre essas pessoas, muitos são LGBT. Avalia ainda que é importante o povo mostrar a sua força nesse momento de retrocesso.

Conselheira Liliane Caetano (CFESS): Avalia que vivemos um momento tenebroso no país, e que não é mais possível não termos ações drásticas, ações que realmente dê visibilidade para o que a população está sofrendo, a todos os ataques aos direitos sociais, contextualiza que CFESS vem fazendo defesas quanto à autonomia partidária e de governos. Considera que nenhum governo conseguiu efetivar em sua plenitude o artigo 6º da Constituição Federal desde 1988 (a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados). Mas que também não podemos deixar de fazer uma análise de que nesse momento histórico vivemos ataques frontais aos direitos da população. O CFESS apoia as manifestações, e sugere que o CNCD/LGBT emita uma nota de apoio às manifestações de 28 de abril de 2017. Entendendo que a greve não irá resolver todos os problemas da população brasileira, mas essa população precisa estar na

rua, precisa se articular, é preciso mais que mobilização em âmbito institucional, a população precisa se fazer ouvida nesse país.

Fala que precisamos receber informações de como as coisas estão diante de cortes de orçamento e de mudanças ministeriais, inclusive com relação à pasta LGBT, então questiona como está às mudanças na estrutura a qual o CNCD/LGBT compõe. Aborda que para fazermos essa análise de conjuntura de uma maneira mais aprofundada sobre a pasta LGBT temos que receber essas informações. Problematiza que o Conselho precisa estar cada vez mais atento com os anseios da população LGBT e do movimento social LGBT, em alerta com as ruas, diante da conjuntura.

Conselheira Chopelly Santos (ANTRA): Corroborava muito com a fala do Conselheiro Léo Mendes. Avalia que não se pode passar em branco a dificuldade de realização dessa reunião em Manaus/AM, que só ocorreu a confirmação na véspera da viagem. Em comparação com outras agendas como, por exemplo, das políticas para as mulheres, avalia que o LGBT tem sido um dos mais “tratorados”. **É necessário chamar ao diálogo com a atual Ministra**, para entender qual a importância deste Conselho para o Ministério dos Direitos Humanos, qual o real orçamento, qual o espaço que o Conselho tem e qual perspectiva de continuidade. Fala também sobre as dificuldades de realização das demandas da Câmara do Plano nesse contexto.

Conselheiro Clóvis Arantes (ABGLT): Diz se sentir contemplado pelas falas do Conselheiro Léo Mendes e da Conselheira Liliane Caetano. Apenas reforça a **importância da emissão de uma Nota do Conselho**. Coloca para a comunidade LGBT que essa é uma situação que nos envolve. Aborda sobre o governo que retira direitos sociais e direitos fundamentais. Lembra que não pode passar em branco a atitude do MEC de tirar a orientação sexual e identidade de gênero das bases curriculares por meio de Decreto. Avalia que a população LGBT não está desligada desse contexto de retrocessos e que esse contexto não está desligado da conjuntura internacional, com retrocessos dos EUA. Lembra ainda do campo de concentração “visível” de LGBT, para além dos “invisíveis”, na Síria. Avalia também que o Conselho deva ser contra qualquer retirada de direitos da população brasileira.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Parte sua análise reforçando o que Leo Mendes colocou, sobre o Estado mínimo, que é o

capitalismo de maneira mais selvagem, quando o Estado se retira do que era sua responsabilidade e entrega para a iniciativa privada. Relata que a Emenda Constitucional nº 45 (*que trata dos limites orçamentários da União*) é uma realidade e todos/as deveriam lê-la com atenção. Os cortes da saúde e educação já aconteceram, já foram aprovados, avalia que foi uma grande maldade contra o povo mais carente. A terceirização também atenta contra a camada trabalhadora do país. A reforma trabalhista afronta diversos direitos. Todos esses retrocessos impactam diretamente na população LGBT. Avalia como ainda pior a reforma na previdência, penalizando as camadas mais pobres, muda o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Avalia que os cortes todos que vêm ocorrendo no orçamento federal são somente nas áreas sociais. Estamos com problemas em todas as áreas dos direitos humanos, seja o LGBT, seja mulheres, seja igualdade racial, e todas as outras do Ministério dos Direitos Humanos. Avalia também que é fundamental que o Conselho deva estar nas audiências do dia 17 de maio, nas casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) mais conservadoras. Solicita uma audiência com a Ministra de Direitos Humanos urgente, bem como com o Vice-Presidente do CNCD/LGBT Embaixador Silvio Albuquerque e a Secretária Especial Flávia Piovesan. Avalia ainda que a SEDH desperdiçou muito dinheiro público por emitirem passagens em cima da hora, relatando que essa reunião foi programada há muito tempo. Incentiva que todos se incluam na manifestação de 28 de abril, seja não saindo de casa ou indo para as ruas. Lembra que várias entidades importantes fizeram adesão como a OAB e a CNBB.

Conselheiro Lucas de Alencar Oliveira (OAB): Informa que a OAB se posicionou contra as propostas de Reforma da Previdência e Trabalhista. Avalia que deve haver uma reforma, mas não nos moldes como está proposta, que as reformas devem ampliar os direitos. Informa ainda que a OAB assina a nota do Conselho.

Conselheiro Washington Dias (REDE AFRO LGBT): Considerou lúcidas as falas anteriores. Avalia que se deve considerar a forma como essas reformas e o contexto como estão sendo impostas. Faz um levantamento histórico e compara a atual Reforma Trabalhista a uma legalização do trabalho escravo. Coloca ser importante inserir nesse contexto de reformas, dois elementos, um deles é como o Clóvis disse o caráter internacional e outro é fazermos um resgate histórico, argumenta que pra início de conversa a formação da sociedade brasileira se deu com base na mão de obra escrava de negros e que isso foi fundamental para a acumulação de capital tanto na Europa, como no

Brasil. Fala sobre a classe dominante Brasileira que é essencialmente agroexportadora. Acrescenta que quando houve pressão internacional sobre a mão de obra ser livre e assalariada é que isso ocorre no Brasil. Fala das crises cíclicas do capitalismo e o que estamos vivendo hoje não é diferente do que ocorreu em 1929. Colocando como exemplo a crise da política do café com leite. Contextualiza que a classe trabalhadora viu outro norte com os trabalhadores da União Soviética, um norte de leis trabalhistas. Fala sobre Getúlio Vargas, “óbvio que a conquista não foi dele, mas na verdade qual era o lema dele: vamos fazer a revolução antes que o povo faça”, e aí agente conseguiu consolidar as leis trabalhistas, pois a classe dominante teve que dar uma recuada. Nesse contexto, em sua análise a classe dominante “em 64 nós vamos incidir sobre os direitos sociais e políticos dessa sociedade”. Assim, conclui que essas reformas, sobretudo a reforma trabalhista aponta para a legalização do trabalho escravo. Coloca sobre os elementos que estão ocorrendo e cita o salário mínimo do governo Temer como exemplo, em que só irá aumentar a inflação, ou seja, os trabalhadores perdem o poder real de compra. Refere que as próprias políticas sociais estão inseridas nesse contexto, “Estamos em época de crise de onde vamos cortar? Do Social”. Aborda que a estrutura em que o golpe foi consolidado, se utiliza da bancada evangélica (bíblia), da bala e boi (agronegócio). Assim, pontua que são relações sistêmicas e é preciso o resgate histórico, pois isso não está acontecendo a partir de agora. Com relação às dificuldades para a efetivação dos direitos, acredita que "o movimento LGBT precisa dar resposta aos desafios que estão sendo colocados pra gente", coloca que fica com o chamamento de Zezinho e é que importante não perdermos nosso norte. A desestrutura do Ministério dos Direitos Humanos e a dificuldade em realizar reuniões do Conselho são apenas a ponta do iceberg, do que têm sofrido as políticas sociais no atual Governo. Considera importante a mobilização de 28 de abril.

Conselheira Luma Nogueira de Andrade (ABEH): Pondera que até hoje as políticas LGBT foram políticas que avançaram, mas foram políticas de “gambiarra”. Avalia que, sem pensar de forma binária, nem tudo que parece ruim é totalmente ruim, nem tudo que é bom é totalmente bom. Mas estamos lutando ainda por migalhas. Estamos numa disputa de forças e vencerá não quem é mais forte, mas quem tem a melhor estratégia. Exemplificou o reconhecimento do nome social somente em algumas áreas do governo, mas ressalta que o importante mesmo é reconhecer e alterar o nome de registro, que é o direito de fato. Na reunião com a Ministra de Direitos Humanos devemos mostrar não

apenas nossos descontentamentos, mas devemos mostrar força de mobilização. Pontua que os governos de Lula e Dilma também negociaram Direitos Humanos e em sua avaliação isso não se negocia, mas se garante. Por fim apresenta dois pontos que foram apontados como importantes na Câmara Permanente de Legislação e Normas, sendo elas: 1) Nota de Repúdio contra a Escola Sem Partido, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do AM; e, 2) Nota contra projeto aprovado pela câmara municipal.

Conselheira Tathiane Araujo (REDE TRANS): Coloca que ficou encantada ao ouvir as falas, não que concorde com tudo obviamente, mas no sentido da qualidade do debate. Aborda que a partir da construção histórica é possível saber quem mais se aproximou ou não das agendas dessa população (LGBT). Enfatiza que com relação a nossa pauta no atual momento não temos apenas desmonte, mas também desrespeito, pois está sendo colocada como algo sem importância na política de Direitos Humanos. Problematisa o fato do CNCD/LGBT, não ter seu próprio orçamento e depender do Ministério de Direitos Humanos. Em certos aspectos está de acordo com a fala de Luma e refere estar com a convocação de Zezinho. Registra o fato do MEC não estar presente na reunião e que esse ministério envergonha essa população, pois vê construções com os movimentos sociais “ir pra lata do lixo”. Avalia como um grande retrocesso a ação do MEC sobre as mudanças nas bases curriculares. Relata que dentro de todos os Conselhos Nacionais que participa (*Saúde, Políticas para Mulheres e LGBT*), o LGBT é o que sofreu maior desmonte no atual Governo. Corrobora com a mobilização defendida pelo Zezinho.

Conselheiro Delmiro Carvalho (CUT): Informa que a CUT apoia e assina a Nota do Conselho sobre as manifestações de 28 de abril. Aborda que foi contemplado na fala de muitos, mas que também não concorda com tudo, pois em sua avaliação “tivemos governos mais próximos da gente” e que agora temos um governo golpista que está massacrando os direitos dos trabalhadores, cita como um exemplo à questão dos jovens para o primeiro emprego, como dificuldade. Informa que a entidade está mobilizando e estará paralisada. Informa ainda que sua entidade sempre será contra qualquer ato que desmonte direitos dos trabalhadores.

Conselheiro Clóvis Arantes (ABGLT): Pondera que é preciso reconhecer que existem dois lados sim, um que é mais próximo das populações vulneráveis, e um que é a favor do Estado mínimo para todos, onde cada pessoa vale o que tem. Sugere que o CNCD

dialogue com o Conselho Nacional de Educação para colocar sua posição sobre o impacto da mudança nas bases curriculares e o efeito disso nos estados e municípios.

Conselheira Luma Nogueira de Andrade (ABEH): Aborda que aqui ninguém está a favor do que está acontecendo no país, mas enfatiza que “temos que utilizar as armas que temos”, em sua avaliação nossas políticas sempre foram criadas como formas de gambiarras e que tivemos problemas nos governos anteriores e que o importante é termos uma análise crítica do que está acontecendo. Em seu entendimento mesmo governos de direita tem que pensar na diversidade e na complexidade do mundo de hoje, “eu não quero me localizar nem aqui nem acolá eu quero abertura”.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Encaminha à votação a aprovação da Nota do CNCD contrário às Reformas da Previdência e Trabalhista e que apoia a Paralisação de 28 de abril. Após contagem, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção. Considerou aprovada a Nota.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Solicita que seja aprovada solicitação de agenda com a Ministra de Direitos Humanos com representantes do CNCD e termos informação sobre a agenda dela nos Estados, para que possamos nos organizar e mobilizar lhe cobrando sobre os Direitos Humanos de LGBT.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Corroborar com a solicitação do Conselheiro Léo Mendes.

Conselheiro Lucas de Alencar Oliveira (OAB): Solicita que havendo uma agenda com a ministra, que as pessoas de Brasília sejam avisadas para se organizar com a militância local.

Passou-se a leitura do esboço da Nota aprovada (*em anexo*).

Conselheira Jéssica - Ministério da Saúde: Refere que quando essa reunião foi agendada o Ministério agendou uma reunião com a Secretaria da saúde sendo que uma

das pautas foi o ambulatório para a população trans, souberam da iniciativa de uma profissional e também agendaram reunião com ela para que se concretize essa demanda.

Marina Reidel (SEDH): informa que enviará o informe das ações da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT por e-mail ao Conselho, em virtude do tempo de hoje.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE) passa a palavra a representante da Associação para a Prevenção da Tortura para o Brasil (APT) **Sylvia Diniz Dias** que fez uma explanação sobre *“Prevenção e combate à tortura e os riscos enfrentados pelas pessoas LGBT privadas de liberdade”*.

Colocações de Sylvia:

- ✓ A ATP é uma organização internacional de Direitos Humanos, com Sede em Genebra.
- ✓ Um dos objetivos de participar dessa reunião é realizar parcerias futuras com o CNCD/LGBT.
- ✓ Ela é representante dessa instituição desde 2015.
- ✓ Depois de muito trabalho foi aprovado em 2006 um protocolo pela ONU para prevenção da tortura.
- ✓ Hoje já existem no mundo 65 órgãos de monitoramento da tortura, que fazem inspeção e fiscalização.
- ✓ Os locais de privação de liberdade não são apenas as prisões, mas também os hospitais psiquiátricos, Comunidades Terapêuticas e etc...
- ✓ No Brasil temos três desses mecanismos, que são os comitês de prevenção à tortura:
 - ✓ Mecanismo Nacional de prevenção e combate da tortura sediando em Brasília.
 - ✓ E os mecanismos dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco.
 - ✓ 2013: foi aprovada no Brasil a Lei 12.847 que prevê que cada Estado tenha também seus mecanismos de prevenção e combate à tortura.
 - ✓ Os Comitês devem ser órgãos colegiados com representantes da sociedade civil e do Governo.
- ✓ Acabou de ter eleições e nenhuma entidade LGBT se candidatou, no Brasil.
- ✓ O comitê tem tentado inserir na pauta a questão LGBT, mas ainda é incipiente.

- ✓ Já tem uma atuação mais consolidada em áreas relacionadas às mulheres e crianças e adolescentes.
- ✓ Coloca que fiscalização em Comunidades Terapêuticas observaram violações de direitos humanos de LGBT.
- ✓ Em Pernambuco o mecanismo de prevenção é o único do mundo que tem em sua composição uma mulher trans (ela é negra e seu nome é Maria Clara).
- ✓ Apresentação do vídeo que aborda sobre as violências e violações de direitos da população LGBT em presídios e da atuação do comitê em Pernambuco.
- ✓ Segue o link:

<http://www.apt.ch/es/resources/maria-clara-de-sena-integrante-de-este-mecanismo-de-pernambuco-brasil/>

- ✓ Fala sobre trabalhos da ONU através de visitas e relatórios sobre o Brasil, em que abordam a questão LGBT.
- ✓ Segundo pesquisas retratadas, uma pessoa não heterossexual, tem dez vezes mais chances de sofrer violência sexual em presídios.
- ✓ Reconhecimento da ONU sobre a resolução do CNCD/LGBT, sobre a questão das penas de privação de liberdade referente à população LGBT, pois poucos países do mundo tem essa iniciativa. Mas fica a pergunta existe fiscalização?
- ✓ A questão da saúde é ainda mais precária se considerando a população LGBT.
- ✓ Problematiza a questão de se separar ou não LGBT, pois isso pode ser positivo em determinado aspecto, mas também negativo em outro.
- ✓ Fala da dificuldade de se conseguir dados sobre a população LGBT, em presídios.
- ✓ Informa sobre o cargo de Especialista Independente, criado recente pela ONU, após votação apertada, o profissional terá mandato de três anos, para fiscalização da situação de LGBT.
- ✓ Sugere que podemos pedir que o Brasil fosse visitado, considerando que nosso país apresenta os maiores índices de assassinatos de LGBT.
- ✓ Fala sobre o que foi feito até agora: Uma publicação sobre a população LGBT e Simpósio em 2015.
- ✓ No Brasil estão tentando dar visibilidade para a questão LGBT.
- ✓ A ideia é aproximar essa discussão dos coletivos LGBT.
- ✓ Fomentar os mecanismos que já existem e por isso precisam do CNCD/LGBT.

- ✓ Propõe a participação nos comitês para colocar as pautas sobre LGBT.
- ✓ Incidir para a criação de mecanismos nos locais, em que não existe e maior articulação onde já tem.

Houve contribuições dos/das conselheiros/as sobre a apresentação.

- ✓ Clóvis fala sobre a questão das alas arco-íris que estão ocorrendo em seu Estado (MS) em que as pessoas têm acesso à escola e trabalho.
- ✓ Zezinho pede mais orientações para que as entidades LGBT possam participar do processo de candidatura quando ocorrer novamente.
- ✓ Chopelly fala que os mecanismos tem que dialogar mais com os movimentos sobre essas ações.
- ✓ Leo Mendes Coloca que ao se falar de tortura, tem que haver o recorte sobre jovens negros e pobres e sobre a população LGBT. pois vivemos algo, da ordem de ser denunciado na ONU. Problematisa a questão da AIDS e tuberculose no presídio.
Sobre as Comunidades Terapêuticas do trabalho forçado, em que muitas dessas pessoas são LGBT.
- ✓ Acontece a discussão sobre as travestis e transexuais em presídio feminino ou masculino.
- ✓ Leo cobra sobre o Ministério dos Direitos Humanos não avisar dos editais relacionados à pauta LGBT.
- ✓ Liliane, problematisa para que serve a prisão? Que nosso país é violento dentro e fora delas e que também devemos discutir de forma mais ampla esses elementos, inclusive sobre o abolicionismo penal.
- ✓ Tathiane fala sobre a questão das trans ficar no presídio masculino, no sentido de que se deve avançar e rever a resolução do CNCD/LGBT, consultando as entidades trans sobre isso. A Rede Trans ainda vê como prejuízo as trans no presídio masculino. Tathiane também cobra o Ministério de Direitos Humanos não passar informações de nosso interesse.

Conselheira Tathiane Araujo (REDE TRANS): Sugere que haja uma revisão da Resolução Conjunta nº 1 de 2014, juntamente com o Conselho Nacional de Administração Penitenciária.

- ✓ Luma diferencia entre resolução e lei e chama a resolução do CNCD/LGBT de 'gambiarra' não temos nem uma lei específica e por isso é “gambiarra”.
- ✓ Marina da coordenação fala sobre mudança no Plano Nacional de Segurança Pública
- ✓ Kátia da Secretaria Executiva coloca sobre mandar oficialmente todas as resoluções do conselho.
- ✓ Em nova discussão sobre a resolução Zezinho encaminha que o documento será analisado na próxima reunião da Câmara de Normas.

Estado do Amazonas

- ✓ Tiana: Fala de Comitê de enfrentamento a homofobia do Estado do Amazonas e que a comunidade LGBT é bem vinda e deve acompanhar essa discussão.

Sylvia Diniz Dias (APT): Informa que as reuniões da entidade são abertas e públicas, o que possibilita a participação do movimento LGBT mesmo sem ser eleito. Irá enviar a relação dos Comitês Estaduais de Combate à Tortura. Avalia que a Resolução é um instrumento importante para o combate à tortura de LGBT em privação de liberdade.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Informa que na próxima reunião da Câmara Técnica de Normas e Legislação irá avaliar a Resolução.

Mudando de pauta, o **Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE)** passa a palavra ao **Conselheiro Fábio Costa de Souza (MPS)**.

Conselheiro Fábio Costa de Souza (MPS): Informa que a Secretaria da Previdência não pode assinar a nota sobre o ato de 28 de abril, por considerar as Reformas propostas pelo Governo são pertinentes. Solicita que a nota seja assinada apenas pela sociedade civil do CNCD/LGBT, como em outras ocasiões.

Conselheiro Whashington Dias (REDE AFRO LGBT): Sugere que seja refeita a

votação e os conselheiros de Governo se abstenham ou votem contra a Nota. Mas que seja aprovada uma Nota em nome do CNCD/LGBT.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Sugere que a votação seja nominal, para eximir a responsabilidade dos Conselheiros de Governo, que estão em minoria, constando em ata.

Presidente do CNCD/LGBT Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): chama nominalmente os Conselheiros e as Conselheiras para que manifestem seu posicionamento quanto a aprovação da Nota em nome do CNCD/LGBT.

Resultado da Votação:

a) Favoráveis à aprovação da Nota posicionaram-se: 14 (quatorze) votos

Conselheira Tathiane Araujo (REDE TRANS)

Conselheiro Daniel Costa (FONAJUNE)

Conselheira Janice Alves Rodrigues (ABL)

Conselheiro Gil Santos (CMP)

Conselheiro Delmiro Carvalho (CUT)

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY)

Conselheira Chopelly Santos (ANTRA)

Conselheiro Clovis Arantes (ABGLT)

Conselheiro Cássio Guilherme (ARTGAY JOVEM)

Conselheiro Lucas de Alencar Oliveira (OAB)

Conselheira Liliane Caetano (CFESS)

Conselheira Luma Nogueira de Andrade (ABEH)

Conselheiro Whashington Dias (REDE AFRO LGBT)

Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE)

b) Contrários à aprovação da Nota posicionaram-se: 3 (três) votos

Conselheira Jumaida Pressi Moreira (SG)

Conselheira Maria José Batista dos Santos (SEPPIR)

Conselheiro Fábio Costa de Souza (MPS)

C) Abstenções à aprovação da Nota posicionaram-se: 3 (três) votos

Conselheira Adriana Figueiredo (MDSA)

Conselheira Jéssica Rodrigues (MS)

Conselheiro Eduardo Gomor (MPDG)

Nota foi aprovada.

E) ENCAMINHAMENTOS:

1) Informes:

- O informe das ações da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT por e-mail ao Conselho, em virtude do tempo de hoje pela Coordenadora Marina Reidel.

2) Recomendações:

- Que o Conselho deva estar nas audiências do dia 17 de maio.
- Que a Câmara Permanente de Normas e Legislação faça uma revisão da Resolução Conjunta nº 1 de 2014, apresentando seu parecer ao Plenário do CNCD/LGBT e que posteriormente se dialogue com o Conselho Nacional de Administração Penitenciária.
- Que o CNCD/LGBT dialogue com o Conselho Nacional de Educação para colocar sua posição sobre o impacto da mudança nas bases curriculares e o efeito disso nos estados e municípios.

3) Principais encaminhamentos:

- Solicitou-se o envio da apresentação realizada pela Secretária da SEJUSC Graça Prola aos e-mails dos/das Conselheiros/as.
- Publicação da nota aprovada pelo CNCD/LGBT em apoio às manifestações de 28 de abril de 2017.
- Solicitação de audiência, em caráter de urgência, com representantes do CNCD/LGBT com a Ministra de Direitos Humanos Luislinda Valois, com o Vice-Presidente do CNCD e Secretário Executivo da SEDH Embaixador Silvio Albuquerque e com a Secretária de Cidadania Flávia Piovesan.

26 de abril de 2017

Reunião entre a sociedade civil do CNCD/LGBT e o movimento social LGBT do Estado do Amazonas.

Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Ele fala sobre as dificuldades que temos para a pauta LGBT, no âmbito do legislativo nacional. Sobre o fato de não termos nenhuma legislação que possa coibir ou minimizar a violência sofrida pela população LGBT e, também os projetos de legislações, contrárias aos nossos direitos, como por exemplo, o estatuto da família. Mas que existem algumas proposituras interessantes, como no Senado, o projeto do estatuto das famílias. Aborda que considera importante o diálogo que está ocorrendo, nesse momento entre o poder Executivo e o Legislativo local. Zezinho menciona sobre a importância da Audiência Pública que ocorreu hoje, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e da surpresa positiva, com relação à aprovação da legislação referente o Conselho Estadual dos direitos da população LGBT do Estado do Amazonas. Acrescenta que diante de tudo isso, da parte do Conselho Nacional LGBT, podemos dizer que estamos muito felizes, com o resultado dessa reunião itinerante, ele enfatiza a receptividade e o compromisso de todos e todas, por estarem presentes em todos os momentos construindo com o CNCD/LGBT. Que também considera um grande prejuízo a Secretaria de Segurança Pública, não estar presente durante essa reunião. Zezinho se coloca e deixa o Conselho Nacional à disposição, para auxiliar o Estado do Amazonas, no tocante às pautas LGBT. Enfatiza que temos enfrentado dificuldades com relação ao atual Governo e uma delas é a questão de passagens, mas que iremos nos mobilizar, dessa maneira a Sociedade Civil do Estado do Amazonas deve nos provocar, sempre que se fizer necessário. Além disso, o presidente Zezinho verbaliza que foi possível observar que a Sociedade Civil do Estado do Amazonas tem total condição de fazer o enfrentamento, para fazer valer a legislação do Conselho Estadual LGBT, pois não basta só a lei, é preciso fazer um enfrentamento para que se efetive o Conselho Estadual LGBT. Analisa ser muito importante que toda a diversidade seja contemplada, dentre as vagas que serão disponibilizadas para Sociedade Civil, considerando a importância de não ser um conselho com a maioria de representação de gays, no sentido de se aparecer a diversidade da população trans e das mulheres lésbicas, para que o Conselho também não seja branco demais e possa considerar e respeitar a diversidade de etnia, além de se mesclar, juventude e quem tem experiência, fala de se ter representação masculina trans. Orienta que não cometam o mesmo erro que o Conselho Nacional LGBT

teve em seu início, de privilegiar uma única entidade, com mais de uma vaga dentro do Conselho, em detrimento da representatividade de outras entidades. Cita, como exemplo, o que está acontecendo agora no Conselho Nacional, quando por questões alheias a nossa vontade, temos apenas uma lésbica, a Janice Alves, da entidade ABL. Conclui dizendo que as pessoas do Conselho Nacional LGBT, consideram que foi muito boa e que só levarão boas recordações da reunião Itinerante do Amazonas.

Gabriel Mota – Movimento Manifesta LGBT +: Considera que foi maravilhosa a presença do Conselho Nacional LGBT, no Estado do Amazonas. Sugere deixar como encaminhamento, o agendamento de uma reunião entre movimento social LGBT do Amazonas, para não deixarem se apagar a chama que o Conselho Nacional trouxe. Pensa ser necessário conseguirem priorizar, o que realmente é importante para o movimento LGBT e, também pensando no Conselho Estadual LGBT. Concorda com a questão da representatividade para ser um movimento que realmente seja LGBT, para isso é necessário uma representatividade equilibrada. Além da data Gabriel diz ser importante, a mensagem que o CNCD/LGBT deixa da importância de se trabalhar em conjunto.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Fala sobre importância de ações coletivas, pois isso fortalece. Acrescenta que a Sociedade Civil deve estar mobilizada, avalia ser necessário se fazer um 17 de Maio, com bastante participação social. Menciona que a secretária Graça Prola, já colocou que irá agendar uma reunião, para discussão da pauta LGBT e que essa reunião será intersetorial, então é importante acompanhar todos os processos. É preciso conversar com a secretária e dizer: “secretária já temos uma gerência, já temos um Conselho, já temos Conferência LGBT, agora nós queremos um plano LGBT, para o Estado do Amazonas”. Em sua Análise acredita que mais do que isso é preciso estar estabelecido, o que cada secretaria irá fazer nesse plano. O que é saúde vai fazer, o que a segurança vai fazer, o que a Assistência Social vai fazer e, assim por diante. Pensa ser necessário ser dito que querem esse plano, que querem participar e construir junto, a partir de tudo que foi deliberado na Conferência Estadual. Ressalta que: “nós precisamos dizer para o secretário de educação, por exemplo, o que é que ele tem que fazer e, assim por diante”. Alerta que isso é importante, até antes mesmo do Conselho Estadual estar em funcionamento, para não deixarem de avançar nas políticas. Novamente fala sobre a importância do dia 17 de Maio, pois é fundamental dizer que ser LGBT não é doença, nessa perspectiva o conselho de psicologia deve estar junto. Léo Mendes cita o

calendário

de comemorações e luta LGBT e a importância de se articular ações propositivas nesses momentos. Refere que a parada LGBT deve ter outras pessoas como protagonistas e não apenas as velhas pessoas, que já são conhecidas. Para finalizar Léo fala sobre a questão da LGBTfobia, na Segurança Pública do Estado do Amazonas e que o Ministério Público deve ser acionado, para essas pautas que a OAB é uma parceira, em todos os Estados e que deve ser acionada no tocante à violência contra população LGBT nos Estados, para se ingressar com ações judiciais, nos casos de violência, pois assim a Segurança Pública vai ter que pagar tanto dinheiro, que vai preferir investir em educação e formação para o respeito da questão LGBT.

Paulo – Movimento Social LGBT: Fala sobre o movimento LGBT no Estado do Amazonas estar alinhado, se formar uma comissão que realmente lute pelos direitos da população LGBT. Faz uma colocação de que o Comitê que existe atualmente, não é atuante do ponto de vista da Sociedade Civil e que é mais uma estratégia no âmbito do Governo. Aborda sobre diversos fóruns que o Amazonas já teve e dentre eles o LGBT, que no momento não está articulado. Ainda com relação ao Comitê Estadual de Combate à Homofobia, Paulo coloca que a Sociedade Civil só tem sido chamada “para se apagar fogo”, e não como uma construção efetiva e continuada. Paulo, também coloca a importância de se trocar a nomenclatura de Comitê de Homofobia, alterando-se para LGBTfobia.

Conselheiro Clóvis Arantes (ABGLT): Coloca que ainda não tivemos acesso à lei que aprovou o Conselho Estadual LGBT, que é muito importante se pensar que tem as entidades da Sociedade Civil do movimento LGBT e que tem também os parceiros, menciona que o Léo citou o exemplo da OAB. A Sociedade Civil tem que avaliar quem são os parceiros no Estado do Amazonas, como por exemplo, a psicologia (CRP), o Serviço Social (CRESS) as universidades, ele acredita que essas entidades são parceiras de primeiro momento e, além de estarem na luta, também encaminham as pautas, na construção de políticas. Assim, defende que é preciso se aproximar dessas instituições, pois sozinho não é possível construir. Cita como exemplo o Conselho Nacional LGBT que tem esses parceiros do movimento LGBT. Clóvis também salienta que é fundamental não deixarem as deliberações da Conferência Estadual esquecidas, pois é sempre um desgaste muito grande, para se construir esses eventos e, precisa sair do papel. O

Conselheiro também fala sobre o material da Conferência Nacional que deve servir como um instrumento, para ser utilizado na construção do Plano Estadual LGBT do Estado do Amazonas.

Elias – Movimento Social LGBT: Coloca que faz um ano da Conferência Nacional LGBT, que teve a oportunidade de participar, desse importante momento e que voltou muito animado após esse evento. Fala do fórum estadual LGBT, que estão tentando se rearticular para que ele volte a funcionar. Em sua avaliação o movimento social LGBT do Amazonas precisa se espelhar no movimento negro local, pois tem uma articulação maior e consegue dialogar melhor com Poder Público. Menciona também sobre a importância de se respeitar a representatividade de maneira plural e que entende que será um grande desafio no Estado do Amazonas, para que isso aconteça. Coloca que tem disponível o arquivo das deliberações da Conferência Nacional e que pensa em levar esse material, para discussão no Comitê Estadual de Homofobia, para que essa visita do Conselho Nacional, não seja em vão e que possam ter mais resultados nas ações do movimento social LGBT no Estado do Amazonas. Existem divergências, mas é preciso a partir disso se construir e ter união perante a pauta, na frente do Governo.

Conselheiro Gil Santos (CMP): Também faz uma colocação sobre a importância de se garantir a representatividade plural. Que o movimento LGBT precisa fazer a diferença. Pontoa sobre a questão dos homens trans e o dia 20 de Fevereiro, data de luta e visibilidade desse movimento. Que nesse momento é importante está nas ruas e nas manifestações.

Emílio – Movimento Social LGBT: Faz uma colocação sobre a questão das paradas do orgulho LGBT, acredita que deve se chamar marcha e não mais parada LGBT, pois entende que não tem mais o mesmo impacto político de antes, que têm sido apenas festa. Fala também sobre a problemática de pessoas que vivenciam cárcere privado por serem LGBT e da ausência de políticas de acolhimento/abrigo, para essa população que, por vezes, fica em situação em que não tem para onde ir.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Coloca que essa situação deve ser problematizada no Comitê Estadual de Combate à Homofobia.

Pedro Paulo Bicalho - Conselho Federal de Psicologia: Avalia que foi um sucesso a reunião itinerante no Estado do Amazonas, que as reuniões itinerantes precisam acontecer com maior frequência, pois é possível perceber o efeito que causa nos locais. Sendo importante por inúmeros aspectos e dentre eles o exemplo da legislação para o Conselho Estadual LGBT, que não é a solução para todos os problemas, mas é estratégico para o diálogo. Diz que o Conselho Regional de Psicologia no Estado do Amazonas é novo, mas que já o coloca como parceiro, para as lutas da população LGBT nesse Estado.

Vinicius – Movimento Social LGBT: Avalia que a vinda do Conselho traz um norte mais coeso para o movimento LGBT desse Estado e também foi importante para construção do Conselho Estadual LGBT. Cita a importância de rearticulação do fórum estadual LGBT e que esse também possa ter mais apoio.

Conselheira Luma Nogueira de Andrade (ABEH): Acredita na importância do movimento se fortalecer para os enfrentamentos. Que é preciso se pensar em possibilidades de abertura com as Universidades, para se dialogar sobre as diferenças. Pensa que, para se dialogar sobre diferenças, também é preciso saber lidar com pessoas diferentes, que não importa quem seja, é preciso perguntar se pode nos ajudar. Acredita, que o diálogo é importante, independente de quais partidos políticos estejam no poder. Avalia como fundamental as reuniões itinerantes, pois o Conselho Nacional LGBT fica muito restrito a Brasília.

Brenda – Movimento Social LGBT: Agradece, pois avalia que foi muito boa presença do Conselho Nacional LGBT no Estado do Amazonas, corrobora com a ideia de Gabriel que isso serve para fortalecer o movimento nesse Estado. Em sua leitura todas/os presentes sabem o porquê o fórum estadual LGBT estava desativado, em certo aspecto acredita que é devido a muitos não estarem se fazendo presentes nesse espaço. Coloca que tiveram uma conquista que é o Conselho Estadual LGBT e que a partir dela precisam fazer valer, tendo maior união para o enfrentamento, pois as diferenças vão existir em todos os lugares, mas se não começarem a trabalhar com unificação, quando for necessário, não vão levar a pauta diante, caso persistam as brigas de egos. Analisa ser preciso ter nitidez, que do contrário vamos sair daqui hoje e não vamos conseguir construir nada. Também aborda sobre a Conferência estadual LGBT.

Considera como muito válidas as orientações dadas por Léo Mendes, sobre mexer no bolso do Poder Público e que é preciso fazer valer as contribuições que estão tendo agora.

Conselheiro Delmiro Carvalho (CUT): Refere que mora em Roraima há 16 anos, mas que é amazonense, pois nasceu nessa terra. Relata que foi embora para ganhar a vida, para ter emprego/trabalho, que atualmente desenvolve um grande trabalho em Roraima, hoje é militante também sobre a questão de povos de terreiro, além da questão LGBT. Coloca que em seu Estado também existem diferenças políticas, porém salienta que abriga perante o poder público enfraquece a possibilidade de avançar as políticas. Nesse sentido aprenderam a criar estratégias de se reunir antes dos diálogos com o Poder Público e percebe que estão mais fortalecidos no diálogo. Em Roraima passaram a compreender que os inimigos são a frente parlamentar evangélica, os fundamentalistas, são aqueles que não querem aderir à pauta. Avalia que em Roraima estão conseguindo avançar a pauta LGBT. Aborda que têm pessoas que não reconhecem o que estamos fazendo aqui hoje o dia inteiro, nos reunindo, nos organizando, até nos chamam de “vagabundos”, mas hoje muitas pessoas LGBT já andam de mãos dadas nas ruas e, muito se deve a toda a luta por direitos. Ressalta também que desde o primeiro dia é possível perceber grandes militantes do movimento do Amazonas.

Conselheira Liliane Caetano (CFESS): Acredita ser muito importante termos acesso ao conteúdo do Decreto de criação o Conselho Estadual LGBT do Estado do Amazonas. Enfatiza que é preciso que se debrucem sobre ele. Como a luta é sempre contínua pensa que todas e todos precisam defender que se Conselho Estadual LGBT no Estado do Amazonas tenha autonomia partidária, e que isso não significa que as pessoas que vão participar não tenham partidos políticos, muito pelo contrário, significa que o Conselho vai funcionar independente dos partidos políticos. Nessa perspectiva defende que esse Conselho também tenha autonomia de Governo, pois a política LGBT, é uma política de Estado e não de um governo ou outro e que é preciso caminhar firme nessa linha. Sobre o Serviço Social Liliane relata que essa categoria profissional tem atuado, com muita parceria na pauta LGBT, buscando construir os processos juntos, pois acreditam nessa luta e tem esse compromisso ético e político. Orienta que os casos de violações de direitos de LGBT, por Assistentes Sociais, no exercício profissional devem ser denunciado nos CRESS, tendo em vista o Código de Ética que enfatiza o respeito e a não discriminação, por orientação sexual e identidade de gênero. Coloca que é muito importante se

articularem enquanto movimento social do Estado do Amazonas. Verbaliza que no dia 15 de Maio/2017 haverá a posse das gestões do conjunto, tanto para o CFESS, como para os CRESS, cita o assistente social Jefferson Pereira, que irá compor a nova gestão do CRESS/AM e que também é militante LGBT, da Rede Afro LGBT, sendo importante se articularem. Orienta que o Conjunto CFESS/CRESS tem um plano de ação e um material chamado bandeiras de lutas, com muitas deliberações/posicionamentos sobre os direitos LGBT. Defende que precisam conhecer as/os parceiras/os, para se fortalecerem, sobretudo na atual conjuntura do país.

Andreu: Coloca que não participa do movimento social LGBT, defende ser importante a união e o processo de saber escutar, também as outras pessoas, para se ter uma construção diferente. Sobre o Conselho Estadual reflete que a lei foi promulgada hoje e já estão pensando em fatiar as cadeiras. Acrescenta que já tinha ouvido falar de muita desunião dentro do movimento LGBT, argumenta que tem pessoas que não gostam de se envolver politicamente, por causa de todas essas brigas e discussões, embora quisessem. Pensa que se não conseguimos dialogar com as pessoas de dentro, também não se conseguirá sensibilizar as pessoas de fora.

João - Movimento Social LGBT: Aborda sobre os muitos casos de LGBTfobia na cidade de Parintins-Amazonas. Que é importante mapear os movimentos sociais da Sociedade Civil também do interior para se trabalhar em articulação. Sobre a questão do discurso de ódio, reflete que o movimento social LGBT já conquistou muitas coisas, mas que também deixou de conquistar outras, devido não conseguirem se unificar, “seja por ego, por orgulho e não ter maturidade”. Solicita ao CNCD/LGBT, que se tiverem materiais de publicações, que os encaminhe para ser divulgado, tanto na Capital, como também no interior.

Conselheiro Cássio Guilherme (ARTGAY JOVEM): Coloca que se sente muito contemplado com a fala de Delmiro, e que os dois conselheiros, são da região norte, Cássio do Amapá Delmiro de Roraima. Cássio fala que já está acompanhando o Estado do Amazonas há alguns anos, tem vindo pelo menos uma vez por ano aqui nesse Estado. O que se pode observar é uma renovação do quadro de militantes e que isso é muito legal, pois nos Estados do norte, sabemos primeiro da dificuldade de locomoção de um município para chegar em outro, às vezes se demora 24 horas para chegar na capital. Cita

alguns militantes locais, Denison, Paulinho e Tiana, que agora está na gerência, mas que é do movimento social e tem um grande compromisso com a Sociedade Civil. Acredita que é o momento desse movimento começar a se organizar, vê muitas pessoas que estão chegando com fôlego, que são pessoas jovens, mas que é possível observar, que já tem conhecimento e precisa articular as pessoas que já tem experiência, para contribuir com movimento e ter maior articulação no Estado do Amazonas. Contextualiza que em Roraima e no Amapá estão para sair à posse dos Conselhos Estaduais, o Pará está com dificuldade devido à troca de governos, mas no geral a região norte tem conversado muito entre si. Cassio faz um chamamento aos militantes Denison e Paulinho, que tem mais trajetória e história no movimento e tem a responsabilidade de sentar com a rapaziada nova e construir formação. Cássio também coloca sobre a importância de muitas outras pessoas serem protagonistas na luta com a Segurança Pública, que é preciso se articular para que o movimento possa ser ouvido. Cita que o movimento do Amapá escolheu o tema da transfobia para a parada LGBT, que será no último final de semana de agosto.

Denison - Movimento Social LGBT: Refere que é da ARTGAY e que ficou muito feliz com a presença do Conselho Nacional LGBT no Estado do Amazonas, coloca que não teve a oportunidade de participar da Audiência Pública, no período da manhã, pois estava em outra atividade. Com relação à fala do Gabriel, diz se sentir no lugar dele, observa que das pessoas mais antigas do Movimento LGBT nesse Estado, a única que permaneceu é a Bruna La close, e que quando começou a participar também não foi bem acolhido e foi muito difícil adentrar o movimento LGBT, e nesse sentido se coloca no lugar de Gabriel. Reflete que o militante mais antigo, quando chegam os novos, parece que fica com medo de perder o status. Assim, problematiza sobre a questão do estrelismo. E que se coloca nessa posição de quem realmente quer conversar e dialogar. Ainda segundo sua avaliação, acredita que não seria interessante ressurgir nem o fórum, nem a aliança, mas o novo espaço de articulação LGBT, que não traga ranços de questões passadas. Está disposto a sentar e conversar esquecendo as divergências políticas e ideológicas, pensando que o momento político, em que o país está vivendo, não está bom.

Conselheiro Daniel Costa (FONAJUNE): Inicia dizendo primeiramente fora Temer. Diz agradecer de coração a receptividade do movimento referindo ser a primeira vez que viaja para região norte. Coloca que enquanto jovem é importante, essa troca de

experiência, sendo que realmente é preciso fazer formação com as novas lideranças e também com as velhas lideranças. Fala das diferenças entre as militâncias com mais experiências e a militância jovem, sendo um elemento atual as redes sociais que os jovens têm muito mais contato, com essas formas de comunicação. Traz a perspectiva do FONAJUNE de fazer o recorte de não sermos somente LGBT, pois, somos mulheres e homens nós somos negra/os, somos periféricas/os. Acredita que a juventude precisa ter esse novo olhar. Manaus não foge das crises que acontecem de uma maneira geral em outras regiões quanto às dificuldades do movimento social, mas que é importante a continuidade na luta para se construir as pautas.

Conselheiro Washington Dias (REDE AFRO LGBT): Refere que será sucinto, pois não será redundante, muitas coisas já foram ditas. Também agradece acolhida e a receptividade que o movimento social LGBT do Estado do Amazonas disponibilizou ao Conselho Nacional LGBT. Avalia que embora muitas falas enfatizassem as fragilidades ele enxergou muitas potencialidades, identificou uma capacidade de movimentação que em outros locais não é possível observar. Então acredita que uma das armas para se superar as adversidades e os entraves das relações, talvez seja focar nessa potencialidade que o movimento social LGBT do Amazonas tem, que é a capacidade de mobilização. Por exemplo, a questão da Segurança Pública que é algo que unifica, então deve ser investido nessa potencialidade de mobilização que vocês têm, pois também é preciso se identificar as afinidades, não só as divergências quando se quer construir. Assim se constrói de maneira inteligente, simples e aguerrida e é possível observar isso no movimento social do Norte, em especial do Amazonas. Disse que não gosta muito dessa característica, de que parece que queremos orientar, mas é só uma observação sobre a questão da burocratização, até para nós mesmos do Conselho Nacional LGBT. Argumenta que a criação do espaço do Conselho Estadual é importante para a luta, mas não é o único. Não podemos perder de vista as novas formas de militância, na universidade, nas ruas, nas redes sociais e não achar que apenas sentando com o Governo, 10 cadeiras da sociedade civil e dez membros do Governo, que vamos resolver tudo. Precisamos estar sempre atentos para acionarmos os outros mecanismos de luta, cita um exemplo da rede afro LGBT, que com todas as dificuldades vem mantendo sua perspectiva de não ter CNPJ, mas é muito difícil nesse contexto, para tudo se exige, a burocracia. Agora com outras possibilidades e pautas no âmbito internacional estão avaliando que seja necessário ter CNPJ, mas não pretendem e não

podem se burocratizar. Sobre a questão da parada LGBT, afirma que nosso corpo é político, nossas vidas são políticas, assim como os nossos gestos e não dá para passar para a gerência do Estado, algo que é nosso, o Estado entra com elementos que possam viabilizar, mas o tom da política, a voz é nossa e deve continuar sendo nossa.

Conselheiro Zezinho do Prado (CNTE): Reafirma a importância de não demorarem em se organizar, sobre a questão do Conselho Estadual. Precisam analisar o conteúdo da lei. Se pudermos contribuir nesse processo faremos isso. Problemática que é possível que nem todas as entidades estejam contempladas, na primeira gestão do Conselho Estadual LGBT, caso tenham mais de 10 entidades, mas que depois podem ser contempladas em outros momentos, sendo preciso ter paciência. Outra coisa é que a Sociedade Civil precisa estar em alerta, para que a própria Sociedade Civil consiga se articular sobre as entidades desse segmento que irá compor o conselho. Por outro lado a Sociedade civil não pode impor, mas pode colocar quais as secretarias do Governo considera importante que estejam no Conselho Estadual LGBT, como por exemplo, Segurança Pública, Assistência Social, Educação. Coloca que podem contar com o CNCD/LGBT, e deixa os contatos para articulação.

Conselheiro Léo Mendes (ARTGAY): Fala sobre a articulação/reunião que deve ser feita agora. Cita a manifestação elaborada por Gabriel e assinada por muitas entidades que agora esse documento deve ser finalizado e colocado à disposição para outras redes que queiram assinar, para que ela possa ser divulgada. Orienta que a partir de agora alguém precisa pegar os nomes das entidades, que estão presentes na reunião de hoje, pois é preciso mandar um ofício para o procurador geral do Ministério Público, solicitando uma audiência, em nome das entidades que estão aqui, para ser levada as denúncias que foram colocadas. Andreu se disponibilizou a fazer esse ofício para o procurador-geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, que deve ser mandado com cópia para o Conselho Nacional LGBT, para que também possamos mandar um ofício para ele. Léo Mendes coloca que se articule uma nova organização, mas que seja da Sociedade Civil do movimento social LGBT e não do governo, para ter esse espaço de diálogo no Estado do Amazonas. Considera importante já na data de hoje saírem com uma nova data estipulada, para essa organização da sociedade civil.

Conselheira Liliane Caetano (CFESS): Coloca a importância de a Sociedade Civil fazer as Atas e suas reuniões, para que possam ter o registro dessa luta.